



Leandro Filipe
Alvaro
Cleop

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E CATORZE

--- Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, nesta vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e sete membros, constantes no respectivo livro, tendo-se verificado a ausência do senhor Presidente da Junta da União de freguesias de Paradela e Granjinha. O senhor Presidente da freguesia de Granja do Tedo, nesta sessão foi substituído pela sua secretária senhora **Isabel Orquídea Fernandes Pombo**, bem como o senhor Presidente da União de freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira, que se fez representar pelo secretário senhor **Leonel Cristóvão Dias Fernandes**.

O executivo municipal esteve representado pelo senhor presidente **Carlos André Teles Paulo de Carvalho** e pelos senhores vereadores **José Carlos Oliveira da Silva** e **José João Monteiro Patrício**.

Os trabalhos tiveram início pela nove horas e quarenta e cinco minutos sob a presidência do senhor **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, coadjuvado pelos primeiro e segundo secretários senhor **Álvaro Correia Soares Martinho** e senhora **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**.

A senhora **Maria Goretti Neves Ribeiro** substituiu o senhor **António Paulo Lopes Correia Cunha Mota** e a senhora **Anabela Oliveira Silva Fragata**, ocupou o lugar da senhora **Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro** e ambos justificaram as suas faltas.

Após as saudações dirigidas a todos os presentes pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi feita a chamada e verificada a existência de quórum procedeu-se à leitura da convocatória com os seguintes pontos na:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

PONTO DOIS: Apreciação do Relatório Semestral do Planeamento Financeiro (cfr. artº 40º, nº 4, alínea c) da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro.

PONTO TRÊS: Apreciação e votação da proposta de Orçamento das Receitas e Despesas para o ano financeiro 2015 (cfr. alínea a) do nº 1 do artº 25 do anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Luís Aguiar Ferreira
A. Paulo Lopes Correia Cunha Mota

Reunião: 29-12-2014
Pág. 02

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

PONTO QUATRO: Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2015 (cfr. alínea a) do nº 1 do artº 25 do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro

PONTO CINCO: Apreciação e votação da proposta de Mapa de Pessoal para o ano 2015 (cfr. alínea o) do nº 1 do artº 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

PONTO SEIS: Apreciação e votação da proposta da primeira revisão ao Orçamento das Receitas e das Despesas para o ano financeiro de 2014 (cfr. alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

PONTO SETE: Apreciação e votação da proposta da primeira revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 (cfr. alínea a) do nº 1 do artº 25 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

PONTO OITO: Outros assuntos de interesse para o Município.

De seguida foi lida a ata da reunião anterior, e sujeita à votação foi aprovada com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções, que foram justificados pelo facto de não terem estado presentes. O senhor deputado **Moutinho de Carvalho**, disse ter registado melhorias na feitura das atas e fez alguns reparos na redacção de alguns pontos na ata acabada de ser apresentada nesta reunião.

No período destinado ao público, usou da palavra o cidadão senhor **Manuel Augusto Lemos Couto Azevedo** de Adorigo, que começou por saudar os habitantes do concelho pelo evento do dia vinte e um com a abertura das piscinas cobertas, lamentando o atraso que se reverte no pagamento por parte de todos os munícipes. Falou ainda do comprometimento de pagamentos nos próximos anos por tudo aquilo que se andou a fazer no passado. Referindo-se ao municipalismo disse ser esta forma administrativa um factor de coesão nacional e ter sido mais bem tratado pelos reis de Portugal de que pelo poder dos últimos anos, lembrando a responsabilidade dos eleitos na preservação dos direitos das populações.

Entrando de seguida no Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao plenário o expediente recebido desde a última reunião.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu ainda o engano registado sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que foi devidamente rectificado, ficando conforme os documentos atestam em que os valores definitivos apontam para zero ponto oito e zero ponto quatro por cento para os prédios rústico e urbano respectivamente.

Seguidamente foi dada a palavra ao senhor deputado **Luís Aguiar Ferreira**, que justificou a falta do senhor deputado **António Paulo Lopes Correia Cunha Mota**, que



Pedro Varela
A. Aires
A. A. P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

devido às condições climatéricas, ficou retido no aeroporto, tendo igualmente justificado a falta da senhora deputada **Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro**, alegando para tal, motivos de ordem profissional. Referiu-se ainda ao dia de semana em que as reuniões eram realizadas, tendo ficado decidido ser o dia de sábado e agora essa data ter sido alterada sem que o plenário se tivesse pronunciado.

O senhor deputado **Luís Aguiar Ferreira**, interpelou a Mesa da Assembleia Municipal a fim de obter esclarecimentos sobre a situação de alguns funcionários, em relação ao vínculo e qual o custo para o Município, e se alguns desses funcionários fazem transportes de crianças em viaturas municipais. O senhor deputado pediu também esclarecimentos sobre o combustível que está a ser utilizado nas piscinas cobertas e a estimativa do custo semanal, por último quis ainda saber se existe algum protocolo entre a Câmara Municipal e a Caixa de Crédito Agrícola, para que esta instituição financeira utilize os vários outdoors e se as lonas são aplicadas pelos funcionários do município. O documento entregue à Mesa pelo senhor deputado, será parte integrante desta ata. Sobre a alteração do dia da reunião, o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a data foi condicionada pelos assuntos relevantes do executivo municipal a enviar à assembleia, de maneira a cumprir os prazos que a lei obriga para o envio da convocatória aos senhores membros.

Para responder às restantes questões colocadas pelo senhor deputado **Luís Ferreira**, o senhor Presidente da Câmara disse que tais vínculos são claros e legais e não vê qualquer problema em ceder documentos que provem tais procedimentos lamentando que agora exista esta preocupação quando no passado não houve esse rigor, já que quando este executivo tomou posse deparou-se com uma infinidade de casos, nomeadamente os trabalhadores da componente de apoio à família (CAF) para os quais não havia qualquer vínculo laboral, logo não recebiam salários há cerca de três meses e que esta Câmara teve de resolver.

Quanto aos funcionários ao serviço da autarquia, requisitados ao Centro de Emprego e que conduzem viaturas do município, informou o senhor Presidente da Câmara que há um parecer do Consultor Jurídico que os habilita a tal função desde que haja um despacho da Câmara Municipal.

Relativamente ao funcionamento das piscinas cobertas, as mesmas estão a trabalhar a gaz porque os trabalhos da eficiência energética ainda não estão concluídos. Assim, os custos de uma e outra alimentação serão fornecidos quando apurados na totalidade. O senhor Presidente da Câmara disse que há realmente custos para o funcionamento, mas serão compensados com a qualidade de vida dos cidadãos, já que as piscinas cobertas serão mais um investimento que um custo, apesar de nem todos assim terem pensado, o que levou à sua não abertura durante 4 anos. Em relação aos *outdoors*, a prática é a usada como no passado, pois lembra-se que, enquanto funcionário do Crédito Agrícola, ter tido conhecimento da sua utilização por diversas vezes. No que concerne ao trabalho feito pelos funcionários, isso aconteceu apenas uma vez, porque quem o colocou não o fez como devia ser, estranhando que se dê tanta atenção ao que está menos bem, já que esta atitude da câmara foi amplamente



Luís Ferreira
Alvar
Alves

Reunião: 29-12-2015
Pág. 04

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

divulgada sempre com a intenção de denegrir o executivo municipal, porque no passado sempre se procedeu assim e não havia tanta preocupação.

Voltou a intervir o senhor deputado **Luís Ferreira**, questionando o senhor Presidente da Câmara se lhe podia fornecer os dados sobre a despesa com o consumo das piscinas cobertas e em relação aos outdoors voltou a afirmar que no passado aquelas estruturas eram utilizadas ao serviço do município e que agora estão ao serviço do Crédito Agrícola e daí a sua pergunta para saber se havia ou não protocolos nesse sentido.

O senhor Presidente da Câmara disse que em relação às piscinas o importante é que funcionem em pleno nesta fase inicial para realmente se saber o custo efectivo, não podendo adiantar para já um custo certo, uma vez que têm estado nestas últimas semanas a ser testadas, lamentando que por vezes dão a entender que houve muita gente que não gostou da ideia de ver as piscinas ao serviço da população e uma vez mais em relação aos outdoors, também as afirmações do senhor deputado **Luís Ferreira** não correspondem à verdade, já que foram utilizados noutros eventos, como: Festas de S. João, Festa da Aldeia Vinhateira de Barcos, Feira Quinhentista de Pinheiros, Festa dos quinhentos anos de Foral de Valença do Douro e Rali do Vinho do Porto.

De seguida foi dada a palavra ao senhor deputado **José Joaquim Almeida Azevedo**, para transmitir a preocupação da população do concelho em relação à discrepância no valor e pagamento do fornecimento de água, que em muitos casos é exagerado.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o tarifário é o mesmo, não tendo por isso sofrido qualquer alteração, mas algumas anomalias verificadas devem-se ao facto da contagem não ter sido eficaz nos últimos tempos, por motivos de doença de um dos funcionários e em muitos outros casos a leitura dos contadores era muito superior ao que constava nos registos na Câmara, sendo portanto deliberado que esses valores serão debitados ao valor do primeiro escalão, podendo ser pago em prestações se o montante for alto e o consumidor manifestar tal desejo.

Foi de seguida dada a palavra ao senhor Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro que começou por falar no polidesportivo do Pereiro, que apresenta várias fissuras tendo já alertado os Serviços Técnicos. O senhor Presidente da Junta voltou a lembrar para o problema da água e saneamento dizendo que uma ETAR no Pereiro seria a solução desejável e no que concerne ao fornecimento da água mostrou a disponibilidade para colaborar com a Câmara para a aquisição do tubo, fazendo um apelo ao senhor Presidente da Câmara, para que no ano de 2015, os povos dos quais é presidente seja mais beneficiado que foi no ano transacto. O senhor Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro interrompeu a sua intervenção devido à chamada de atenção do senhor Presidente da Assembleia, por lhe ter solicitado que fosse mais sucinto na intervenção, facto que entendeu como se lhe tivesse retirado a palavra por ser membro de um partido da oposição, procedimento que o senhor Presidente da Assembleia refutou, lembrando que há liberdade de opinião, já que das intervenções feitas até ao momento a maior parte delas pertenceram a membros



Handwritten signature: Randy Silva

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

afectos ao Partido Socialista. O senhor Presidente da Assembleia disse que este procedimento tem apenas e só a ver com o racionamento do tempo, para que todos os senhores membros que o desejem possam igualmente usar da palavra.

Usando da palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente de Távora e Pereiro, o senhor Presidente da Câmara, disse que não há qualquer intenção de fazer calar o senhor **Adriano Silva**, mas que muitas vezes as suas intervenções são empoladas e exageradas e embora muitos problemas apresentados tenham razão de existir, não é exclusivo mas decerto que todos os outros Presidentes de Juntas de Freguesia, com certeza que têm muitas carências que também gostariam de ver resolvidas, reafirmando uma vez mais que o seu tratamento para com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia é igual para todos não havendo qualquer discriminação independentemente do partido a que pertençam ou pelo qual foram eleitos.

Quanto ao Polidesportivo do Pereiro, o senhor Presidente da Câmara disse que devido a esses problemas a Câmara não havia pago o último Auto de Medição, facto que originou a apresentação de uma queixa em Tribunal por parte do empreiteiro. No entanto tais anomalias serão resolvidas, porque há uma garantia a que o empreiteiro está obrigado. Em relação às águas e saneamento, o senhor Presidente da Câmara voltou a afirmar o que tem vindo a dizer noutras reuniões, de que a solução para este problema passa por uma candidatura a fundos comunitários, já que a Câmara por si só apenas poderá intervencionar casos pontuais. Quanto às acusações feitas aos serviços de fiscalização, ou outro qualquer funcionário desta câmara o senhor Presidente da Câmara pediu ao senhor **Adriano Silva**, que caso saiba de algum comportamento menos correto ou honesto, deve fazer queixa por escrito, não pode é estar verbal e constantemente a colocar em causa a integridade profissional e honestidade de cada um dos que compõem esta casa pelo simples facto de não concordar com as tomadas de posição que resultam em decisões baseadas em critérios concretos e pareceres de técnicos devidamente habilitados para cumprirem com os diversos tipos de trabalhos.

Relativamente ao muro do município senhor **João**, no Pereiro, foi dada a informação de que tendo em conta o parecer dos serviços técnicos foi decidido isentar de licença para a vedação do referido muro, tal como disse o senhor Vice-Presidente **José Carlos Silva** que acompanhou o caso e após o alerta do senhor **Adriano Silva**, solicitou aos serviços de fiscalização que se deslocassem ao Pereiro para informar o proprietário de que o muro não podia ser construído, tendo decidido despachar favoravelmente para a colocação da vedação, sob a supervisão dos serviços competentes da Câmara Municipal para a sua execução em conformidade com a autorização.

Voltou o senhor Presidente de Távora e Pereiro a intervir, questionando o senhor Presidente da Câmara para saber se a Câmara vai entregar a água do Pereiro à empresa Águas de Trás-os-Montes.

Respondeu o senhor Presidente da Câmara que a autarquia não concorda com a proposta das Águas de Trás-os-Montes, porque já provaram por mais que uma vez que não são o melhor exemplo como parceiro ao usar tácticas não aceitáveis. O senhor Presidente disse ainda que os investimentos feitos pela Câmara nos últimos 40/ 50



*Luís Carlos
Alfaro
AEP*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

anos, são em muito, superiores àquilo que a empresa de águas quer oferecer pelo negócio pelo período de 50 anos, para além que a dita empresa não é fornecedora de água à totalidade das freguesias do concelho de Tabuaço e em muitas delas as infra-estruturas são da responsabilidade dos vários executivos municipais, realizadas ao longo das últimas décadas. O senhor Presidente da Câmara disse ainda que Tabuaço é um dos dez concelhos a nível nacional que não cobra taxas de saneamento e esta taxa que a lei exige será indexada ao consumo de água e aplicado apenas a quem tiver saneamento público, porque quem tiver fossas tem a opção de, querendo, pagar a referida taxa, comprometendo-se a Câmara Municipal a fazer a devida limpeza. Quem não mostrar interesse nesta modalidade terá de o fazer a expensas próprias. O senhor Presidente da Câmara disse ainda que o défice anual da água e saneamento cifra-se na ordem dos quatrocentos mil euros, se a cobrança ronda os cem mil euros e aumentando cinco vezes mais este valor, como perspectivado pelas Águas de Trás-os-Montes, o resultado seria bem diferente, havia um saldo positivo e um negócio auto-suficiente. O senhor Presidente da Câmara disse também que de uma outra forma terá de ser arranjada uma solução, porque sozinhos no meio deste processo, dificilmente se conseguirá sobreviver e, devido às dívidas existentes, a Câmara tem pouca capacidade negocial. No entanto, o ideal seria não aderir, o que implicaria uma fusão com outros municípios na criação de uma associação, pois só assim se poderão obter fundos comunitários e, para que isto seja sustentável, terão de os preços de consumos aumentar consideravelmente. Apesar de não se perspectivar a subida de preços para os níveis que a empresa sugeriu, terá sempre de haver um ajustamento intermédio. Para concluir a sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara disse que não é intenção da Câmara entregar a gestão da água, mas sim negociar e tentar salvaguardar os interesses do município.

Não havendo mais ninguém a querer usar da palavra neste período e após um pequeno intervalo sugerido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, os trabalhos recomeçaram com a apreciação do **PONTO UM**, da **ORDEM DO DIA** referente à informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, no lapso de tempo que medeia esta e a reunião anterior.

Passando ao **PONTO DOIS** sobre a apreciação do Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro, não houve por parte dos senhores membros da Assembleia Municipal alguma indicação de se pronunciarem sobre o mesmo, pelo que de imediato entrou em discussão o **PONTO TRÊS** referente à proposta de Orçamento das Receitas e Despesas para o ano financeiro de 2015 e para tal foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, começando por sugerir à Mesa que os pontos seguintes como se tratava de matéria interligada entre os referidos pontos, daria a resposta em conjunto, lembrando que à imagem daquilo que foi feito o ano passado, é ideia do executivo dar a este Plano de Orçamento e das Grandes Opções do Plano, bem como à rectificação para o ano 2014 o maior realismo possível, já que no Plano de 2013 constava a importância de vinte e quatro milhões de euros, com pouco mais de vinte por cento de execução, já o ano passado e atendendo ao facto daquilo que eram as



*Luís de Sousa
Alves
Alves*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

despesas correntes, nomeadamente os processos em tribunal e as dívidas que estavam registadas, conseguiu-se baixar para dezassete milhões de euros, sendo que a rectificação que foi feita ao orçamento prende-se precisamente com a rectificação que baixou para onze milhões e oitocentos mil euros referente ao ano de 2014, o que permitirá ter uma exequibilidade do orçamento acima dos sessenta por cento e, por isso, se enquadrar muito mais numa perspectiva de responsabilidade orçamental que tem de haver, já que não é possível haver despesa sem ter a devida receita. O senhor Presidente da Câmara frisou que a área onde a rectificação teve mais impacto foi nos inúmeros acordos de pagamento que a Câmara Municipal fez, o que antes implicava a concentração da dívida. Esses acordos com as muitas empresas permitiram que muito dos valores que estavam concentrados naquele ano passassem para anos posteriores de maneira a fazer a rectificação. Outra parte prende-se com o concurso para a construção do Quartel da Guarda Nacional Republicana, que foi chumbado pelo Tribunal de Contas e daí a necessidade de se ter de proceder à realização de um novo concurso, que apesar de a obra já estar adjudicada não permitiu que a mesma tivesse arrancado no ano de 2014. O senhor Presidente da Câmara informou também que o acordo inicial previa a comparticipação de oitenta e cinco por cento de fundos comunitários, dez por cento do Ministério da Administração Interna e cinco por cento seria a participação da Câmara Municipal referente ao terreno da sua instalação, mas de Bruxelas veio o parecer negativo pois este tipo de equipamentos não se enquadrava no Quadro Comunitário, havendo por isso a necessidade de reformular todo o processo, que só agora será concretizado com um novo protocolo assinado, que atendendo às sucessivas investidas junto do Ministério da Administração Interna, vai ser mais célere e o compromisso vai ser assinado directamente com a Guarda Nacional Republica e não com o Ministério, como tinha sido pensado previamente. Até porque existiu uma adenda assinada em julho do ano passado, mas que se verificou não ter valor, pois não foi validada pelo Ministério da tutela, na medida em que havia sido apenas assinada por um Director Geral de Equipamentos, entretanto exonerado, e daí haver muitos protocolos entre eles o de Tabuaço que não mereceram aprovação. Assim foi possível rectificar o Orçamento, sendo ideia do executivo para o ano de 2015 ter um Orçamento mais consentâneo com aquilo que é a realidade das receitas e apesar da despesa corrente que é o serviço de dívida ser bastante grande, conseguiu-se fechar em apenas treze milhões, trezentos e vinte e quatro mil euros, não sendo fácil alcançar uma taxa de exequibilidade de perto dos cem por cento. Continuando com a sua intervenção o senhor Presidente da Câmara referiu-se depois ao ano de 2015 que tem uma particularidade distinta, devido ao novo Quadro Comunitário. À partida aquelas receitas perspectivadas poderão ser aumentadas, basta para isso que se consiga a aprovação das candidaturas de alguns projectos nos quais se está a trabalhar. O volume de receitas poderá aumentar em cerca de oitenta e cinco por cento, presumindo que todos os eixos estratégicos sejam comparticipados neste valor, embora nesta fase se tenha que elaborar o Orçamento mediante a real situação do Município. Referindo-se depois a uma intervenção do senhor Presidente de Távora e

Luís Aguiar Ferreira



Reunião: 29-12-2014
Pág. 08

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Pereiro sobre a não inclusão de verbas para a melhoria do fornecimento de água à população do Pereiro, o senhor Presidente da Câmara informou que, quando pediu a contribuição dos senhores presidentes de junta de freguesia para o mais importante a realizar no ano de 2015, foi esclarecido que não se criariam rubricas específicas para esse fim, porque são situações que se podem incluir em rubricas genéricas que permitem contemplar cada uma dessas situações em futuras candidaturas, já que pelos meios próprios da autarquia não será possível executá-las. Disse ainda que o interesse da Câmara Municipal é dar resposta ao maior número de solicitudes, mas não se podem dar passos maiores do que as pernas permitem. O senhor Presidente concluiu a sua intervenção dizendo que este Orçamento poderá ter uma taxa de execução na ordem dos sessenta por cento o que já não acontecia há muitos anos, com excepção do ano em que deu a entrada de capital proveniente do Plano de Saneamento Financeiro, que serviu para pagar dívidas a ele alocadas, e em seu entender é melhor ser assim que colocar valores que não se sabe se poderão ou não ser objecto de concretização.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário que os pontos de 3 a 7 seriam discutidos em simultâneo, uma vez que estão interligados embora a votação fosse feita em separado. De seguida foi dada a palavra ao senhor deputado **Luís Aguiar Ferreira**, que sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, manifestou o entendimento de que antes de discutir estes documentos devia ser votada a rectificação para o ano 2014, e por isso a Ordem de Trabalhos foi alterada, após a manifestação nesse sentido levado a cabo pelo plenário para quem o senhor Presidente da Assembleia remeteu para que se pronunciasse.

O senhor deputado **Moutinho de Carvalho**, classificou esta alteração como um atropelo, já que qualquer alteração à Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal deve ser feita no início e isso é da competência da Mesa a não ser a título excepcional para o qual a Assembleia deve decidir.

O senhor Presidente da Câmara voltou a intervir sobre este ponto em discussão, apesar de ter já referido na intervenção anterior alguns valores sobre a rectificação para 2014 referiu novamente a construção do novo Quartel da GNR que é uma das principais componentes uma vez que se vai tornar realidade no ano de 2015, outra situação foram as componentes das obras da regeneração Urbana nomeadamente a Creche e da Casa da Juventude que não houve possibilidade financeira para a sua execução, e ainda porque no orçamento de 2014 havia valores de dívida que, ao chegar-se a acordo, estes valores foram postecipados em planos de pagamento, na maior parte deles a um prazo de três anos, tal como o prevê a legislação. Com a empresa Águas de Trás-os-Montes o período é alargado a cinco anos previsto ao abrigo de um regime de excepção no Orçamento de Estado. Informou ainda o senhor Presidente da Câmara, que o executivo tem tido uma preocupação constante em tentar resolver estes problemas de dívidas que já vêm desde há muitos anos a esta parte, para que no final do mandato independentemente de quem venha a suceder-lhe não tenha surpresas e imbróglios, porque a realidade aponta para um sem-fim de



Luís Ferreira
Aparício
Acep

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

situações às quais se tem de dar resposta, que o que se tem vindo a fazer. Desde Novembro de 2013 até à presente data pagaram-se cerca de dois milhões e trezentos mil euros em acordos, empréstimos e juros, para além daquilo que é a despesa corrente da Câmara, voltando a referir o numero significativo de processos que há em tribunal em relação a dívidas avultadas, facturas do último mandato sem compromisso e muitas delas estão a dar entrada na justiça, o que implica ter de se regularizar estes problemas dentro do que são os princípios legais. Grande parte do valor rectificativo no Orçamento, prende-se com acordos de pagamentos que com muito esforço se tem vindo a fazer com muitas empresas.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal na discussão havida antes em relação à alteração da Ordem de Trabalhos, proposta pelo senhor deputado **Luís Ferreira**, e sobre a qual também o senhor deputado **Moutinho de Carvalho** se pronunciou, o senhor Presidente da Assembleia invocou o Regimento para a devida alteração colocando à disposição dos senhores membros para que decidissem a sequência dos Pontos de Trabalhos, passando o Ponto Seis e Sete para os Pontos Três e Quatro respectivamente. O plenário votou por unanimidade a proposta e os restantes pontos seguiram a regra sequencial da Ordem de Trabalhos.

O deputado senhor **Luís Ferreira** considerou a rectificação destes documentos como um facto inédito e uma ilegalidade, apresentando uma declaração de voto que será parte integrante desta acta, concluindo que votaria contra por imperativo de consciência.

Ainda sobre estes Pontos, foi dada a palavra ao senhor deputado **Moutinho de Carvalho** dizendo que qualquer alteração a um Orçamento aprovado pela Assembleia Municipal é da competência do executivo municipal, a revisão, essa sim, compete à Assembleia. Por seu turno, está titulado de revisão, mas que tal não parece, porque não há aumento global das despesas previstas, havendo até uma redução brutal que aumentará a redução da taxa de execução orçamental. O senhor deputado disse ainda que por volta de meados de 2015, quando da Prestação de Contas forem feitas, com estes dados a taxa de execução será altíssima, o que não corresponde à execução efectiva durante o ano de 2014, não compreendendo que à última hora se faça uma revisão relativa a um ano inteiro sobre um orçamento que foi discutido e visto e durante esse tempo não foi posta a consideração desta Assembleia.

Ainda sobre o assunto em discussão, voltou a ser dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que manifestou a sua satisfação pelo facto de um ano e um mês após a tomada de posse, as situações que aqui se vão discutindo, para além das críticas directas à forma de actuação do executivo, prendem-se sempre com a legalidade ou ilegalidade daquilo que se vai fazendo, garantindo que todos estes procedimentos são executados à luz da Lei, já que a Divisão Financeira merece total confiança deste, como mereceu de outros executivos. Referiu ainda que a Divisão Financeira como o Departamento Jurídico dão garantias suficientes para saber que se está a trabalhar de forma legal. O senhor Presidente da Câmara frisou claramente que tem a noção do lugar que ocupa, não estando de acordo com a alegada incapacidade para arrecadar



Luís Ferreira
Fernanda Lamas
Moutinho de Carvalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

receitas afirmada pelo senhor **Luís Ferreira**, tendo o senhor Presidente da Câmara, comparado então o orçamento de 2013, onde constava uma receita de vinte e quatro milhões de euros e onde apenas foram arrecadados oito milhões. Então, e seguindo essa linha de raciocínio, a incapacidade de arrecadar receitas foi a dobrar, remetendo depois para os munícipes que na devida altura julgarão as taxas de execução e a maneira como este executivo se posiciona perante a forma de gerir uma autarquia, preferindo cumprir a lei, que penaliza as câmaras que estejam dois anos sem chegar aos oitenta e cinco por cento de execução orçamental.

O senhor Presidente da Câmara disse ainda que sobre a realidade dos orçamentos tem de haver a percepção de que devem ser feitos desta forma, porque grande parte do que é transferido de uns anos para os outros prende-se com a capacidade negocial desta câmara durante o seu primeiro ano, pois não teve em mãos um Plano de Saneamento Financeiro, mas negociou sim, com uma lei dos compromissos activa e sem dinheiro que o referido Saneamento permitiu injectar noutras épocas. E quando dizem que há facturas que estavam escondidas, é oportuno dizer que à época da disponibilização do financiamento referente ao Saneamento Financeiro, cerca de um milhão de Euros já estava pago e isto nunca aqui foi referido. O senhor Presidente da Câmara refutou categoricamente a ideia da engenharia financeira constante na declaração de voto do senhor deputado **Luís Ferreira**, porque não tem necessidade dela, e entende que para, num curto prazo, poder chegar aquela execução orçamental real e não empolada com saneamentos financeiros é importante haver este rigor e este critério. Para além disso e a partir do momento em que a Divisão Financeira aconselha a fazer assim, dentro da Lei, continuará a proceder de igual forma e independentemente das vozes que vão continuar a discordar. Porque este é o seu princípio e não está na disposição de carpir mágoas, mas antes olhar para o futuro. Frisou ainda que as receitas anuais do Município rondam os oito milhões de euros num ano em que não há fundos comunitários e a apresentação de orçamentos empolados seria bonito e do agrado de toda a gente, mas posteriormente não seria possível a maior parte da execução. Existe da parte do Executivo a noção do que é a realidade financeira e existe também um esforço diário de ir resolvendo muitos desses problemas através de acordos. E esta revisão é um dos mecanismos utilizados, porque uma boa parte destes valores que estavam em dívida teriam de ser pagos até trinta e um de dezembro do ano em curso. A solução destes assuntos são motivo de satisfação e de consciência tranquila, esperando que não sejam precisos muitos anos para poder estar dentro dos parâmetros da Lei, no que respeita à taxa de execução orçamental.

A senhora chefe da Divisão Financeira **Fernanda Lamas**, esclareceu que esta é uma revisão em baixa do orçamento para permitir cumprir a Lei 73/2013 que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014, que refere que em dois anos tem de haver execuções de oitenta e cinco por cento, que a partir de agora são obrigatórias.

O senhor deputado **Moutinho de Carvalho** voltou a usar da palavra e a discordar do nome revisão, preferindo chamar-lhe orçamentos rectificativos. Perguntou a razão pela qual, durante todo o ano de 2014 se foram descobrindo imensas situações que



Luís Aguiar Ferreira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

estariam na gaveta e não foi feita qualquer alteração orçamental que fosse conduzindo progressivamente esta última situação, pois isto não é um balanço de fim de ano do deve e haver nem operação de faz de conta. Outra questão colocada pelo senhor deputado **Moutinho de Carvalho** tinha a ver com a instalação do parque eólico e qual a proporcionalidade conveniente da divisão dessa receita pelas freguesias contempladas.

Respondeu o senhor Presidente da Câmara dizendo que a questão de tal revisão ter sido feita agora foi a sugestão da Divisão Financeira, que merece total confiança, e esta é a única justificação. Relativamente ao assunto relacionado com as eólicas, e apesar de não haver enquadramento legal para proceder a transferências para as Juntas de Freguesias, disse que para já não podem tais compromissos ser assumidos, porque ainda não se sabem quais vão ser as receitas adicionais no próximo ano, mantendo a disponibilidade em colaborar com qualquer Presidente da Junta de Freguesia independentemente da sua cor política. Informou também o senhor Presidente da Câmara que as rendas anuais do parque eólico rondam os quatrocentos mil euros e é um compromisso de que, desde que haja condições para o fazer, proceder a uma divisão equitativa das mesmas. Mais referiu que, se agora começam a aparecer tais reivindicações, estranha o facto do mesmo não ter acontecido antes e nunca ninguém ter perguntado nesta Assembleia para onde foi mais de um milhão e meio de Euros de indemnizações e rendas no anterior mandato, deixando a certeza de que tudo aquilo que assume como compromisso, se não for possível concretizar, haverá por certo uma explicação à outra parte.

De seguida a senhora Chefe da Divisão Financeira, voltou a dar explicações sobre o assunto em discussão, dizendo que as alterações só permitem mudar os valores entre rúbricas e referiu que tal alteração só foi possível nesta altura do ano, porque só agora se soube, com exactidão, as rúbricas onde se podia ou não mexer, porque se fosse feito mais cedo corria-se o risco de necessitar de dinheiro em rubricas onde não existiria, garantindo a legalidade destas acções e seguindo até directivas do Tribunal de Contas.

Seguidamente o senhor deputado **Luís Aguiar Ferreira** usou novamente da palavra, para dissipar qualquer dúvidas sobre a competência da Divisão Financeira até porque esta discussão é política e não técnica, referindo-se ao que leu sobre o assunto de que a revisão tem razão de ser, quando há aumento de despesa, que não é este caso, classificando como facilíma tal rectificação se for tomado em conta que apenas faltam dois dias para acabar o ano, considerando esta revisão como política para que o Executivo apresente uma situação que lhe dê a tal taxa de execução para enquadrar a acção daqueles anos, independentemente da taxa de exequibilidade do orçamento que venha a ser executado.

O senhor deputado **José Joaquim Almeida Azevedo** usou da palavra para perguntar à senhora Chefe da Divisão Financeira, e tendo em conta esta revisão, qual vai ser a taxa de execução em relação ao ano de 2014, tendo-lhe sido respondido que a mesma ultrapassaria os sessenta por cento, de acordo com a simulação efectuada. -----



Luís Aguiar Ferreira

Reunião: 29-12-2014
Pág. 12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Não havendo mais intervenções sobre estes dois pontos e apesar de terem sido discutidos em simultâneo, foram votados em separado e ambos aprovados por maioria, com catorze votos a favor, doze votos contra e uma abstenção. Seguidamente e continuando com os trabalhos agendados, o senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs novamente que fossem discutidos os três pontos seguintes relacionados, com a Proposta de Orçamento das Receitas e Despesas bem como das Grandes Opções do Plano, e ainda a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2015. Sobre estes pontos da convocatória, pronunciou-se o senhor deputado **Luís Aguiar Ferreira** dizendo que nos documentos que recebeu, não fazia referência às rúbricas alteradas e em seu entender este orçamento defrauda as expectativas de toda a Assembleia, nomeadamente os senhores Presidentes de Junta ao verem uma verba irrisória, referindo ainda a inscrição de que no corrente ano havia uma verba registada de setenta mil euros mas depois verificou que na ata da Câmara de onze de Fevereiro, tinha sido deliberado em transferir doze mil euros para a Junta de Freguesia de Longa e no mesmo dia uma outra deliberação para a transferência de quinhentos euros, para a União de Freguesias de Paradela e Granjinha e Junta de Freguesia de Longa, sendo estas portanto as únicas transferências verificadas.

O senhor deputado **Luís Ferreira**, referiu-se também às declarações do senhor Presidente da Câmara na reunião desta Assembleia realizada no dia vinte e sete de Dezembro de 2013, em que defendia que o valor das rendas do Parque Eólico deviam resultar em benefício das freguesias onde o mesmo está implantado, e como consequência desse incumprimento o melhor seria não prometer e iludir, e se foi dito que o executivo anterior tinha recebido um milhão e quinhentos mil euros, o senhor deputado disse que ainda bem, pois isso só aconteceu porque houve capacidade negocial. Em relação ao recebimento dessa verba e como ninguém havia questionado para onde terá ido esse dinheiro, o senhor deputado manifestou o interesse em clarificar, acreditando que não tenha sido intenção do senhor Presidente da Câmara, a ideia de que esse dinheiro tivesse desaparecido, mas foi utilizado para efectuar outros pagamentos e fazer obra, concluindo que este orçamento é um desrespeito para com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e por isso não merecia ser aprovado.

O senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor deputado que o antecedeu dizendo que tal compromisso com o envio das remessas para as freguesias do rendimento das eólicas continua válido e há entre a Câmara e as Juntas de Freguesia ao contrário do passado, diálogo, abertura e tolerância, porque a teoria da conspiração já faz parte do passado. Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia disse que, apesar de o ter dito várias vezes voltava a referir que, tais transferências, de acordo com o princípio legal e o enquadramento jurídico, não pode ser efectuadas tendo como base os pareceres fornecidos nesse sentido por várias entidades entre as quais a Associação Nacional de Municípios Portugueses, havendo portanto a necessidade de se arranjam outros mecanismos para que, sempre dentro da lei, se possa ultrapassar esta situação. Disse ainda que o que defende actualmente irá defendê-lo sempre. Ao contrário, o senhor **Luís Aguiar Ferreira**, que enquanto



Handwritten signature: Rui António Aguiar Ferreira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Presidente da Junta sempre defendeu os protocolos, no mandato anterior nunca o ouviu falar dessa modalidade de transferência monetária. O senhor Presidente da Câmara lamentou que por vezes não se consiga despir a camisola partidária a favor da coerência, pois no mandato anterior houve freguesias a receber quantias avultadas em detrimento de outras que pouco receberam. E concluiu que vai continuar a prometer, desde que a sua consciência o permita, com a mesma humildade e pedirá desculpa se em algo falhar.

Seguidamente foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Longa que referindo-se às declarações do senhor **Luís Ferreira** em relação às verbas citadas enviadas para a sua freguesia, informou que não recebeu qualquer importância, adiantando que os doze mil euros resultam de uma deliberação acerca das obras realizadas no santuário de Nossa Senhora da Saúde, e que a Junta pagou vinte e um mil euros segundo documentos comprovativos. Citando alguns artigos da Lei, que deixam algumas dúvidas sobre quem realmente tem razão e segundo o que lhe havia sido comunicado pelo senhor Presidente da Câmara, não havia disponibilidade para satisfazer esse pagamento, agradecendo no entanto que a Casa Mortuária seja uma prioridade a ter em conta e revelando que quando essa pretensão for satisfeita, os doze mil euros ficarão à disposição para esses mesmos trabalhos.

O senhor Presidente da Câmara respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Longa disse que quanto à legalidade do atrás citado, os pareceres vão neste sentido e enquanto não houver directrizes em contrário manter-se-á esta situação. No entanto, lançou novamente o repto de que se houver alguém que prove que a Lei permite actuar de outra forma, que façam chegar à Câmara esses elementos. Quanto à Casa Mortuária, o senhor Presidente da Câmara admite que realmente é uma necessidade e para tal acredita que se há-de chegar a um entendimento, bem como em relação a outros senhores Presidentes de Junta, que também reivindicam para as suas terras outros benefícios.

A Chefe da Divisão Financeira, senhora **Fernanda Lamas**, voltou a intervir para informar que segundo a nova Lei das Finanças Locais, a DGAL (Direcção Geral das Autarquias Locais) deve enviar aos municípios o valor das transferências do FEF para os anos seguintes e como este ano a DGAL não cumpriu o prazo, enviando estes documentos no dia trinta e um de Outubro, data em que o Orçamento já estava aprovado, por tal motivo foi feita a alteração ao Orçamento da Receita, para que a receita do FEF corrente correspondesse ao que vão ser as transferências do Orçamento do Estado.

O senhor deputado **Luís Aguiar Ferreira**, respondendo à intervenção do senhor Presidente da Câmara sobre a defesa dos protocolos para as Juntas no passado, disse que o fez e muito bem com o respectivo benefício para os seus colegas e no mandato do Dr. João Ribeiro não foram necessários protocolos, porque a própria Câmara atendia os pedidos dos senhores Presidentes de Junta, cujas transferências eram feitas à medida que as obras se iam realizando. -----



Ronaldinho
Alvar
Oliveira

Reunião: 29-12-2014
Pág. 14

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O senhor Presidente da Câmara referiu que este tipo de debate não valoriza a Assembleia, e cada um tem a sua própria convicção que, pelas declarações aqui prestadas, querem dar a entender que nos últimos quatro anos isto era o País das Maravilhas e agora tudo é diferente. Mas não se pode branquear a verdade, porque os documentos existem e pode verificar-se a discrepância entre as transferências de umas Juntas de Freguesia em comparação com o recebido por outras, frisando ainda que não admite que haja alguém que lhe possa dizer que tem dado tratamento privilegiado a uns em prejuízo de outros e nem todos os que aqui estiveram no passado podem dizer o mesmo. Concluídas as intervenções nos pontos da proposta de Orçamento das Receitas e das Despesas para o ano 2015 e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2015 foram os mesmos votados em separado e ambos aprovados por maioria com catorze votos a favor, onze votos contra e uma abstenção.

De seguida foi também colocado a votação o **PONTO SETE** referente ao Mapa de Pessoal para o ano 2015 sendo igualmente aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção.

Os trabalhos prosseguiram com a entrada no último ponto da convocatória em “Outros assuntos de interesse para o Município”, o senhor Presidente da Assembleia Municipal aceitou inscrições e fê-lo em primeiro lugar o senhor Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro para chamar a atenção do perigo que representam uns prumos na estrada de Valença do Douro/Castanheiro do Sul bem como as depressões nos aquedutos onde o terreno cedeu. Questionou também saber sobre a situação das casas de banho do largo da Capela de Sta. Bárbara em Távora, que foram objecto de abalroamento num acidente de viação, referindo que já terá fornecido os elementos referentes ao seguro para a sua reparação, mas que até à data tal ainda não aconteceu. Voltou a referir os muros de Quintã em Távora e de outro no Pereiro, para os quais solicitou uma resposta, bem como da água pertença da Junta de Freguesia de Távora, para que ao fazer possíveis acordos com a Águas de Trás-os-Montes, a água seja salvaguardada e pela qual sempre lutará para que a população não saia defraudada. Defendeu a existência de um gabinete de apoio aos Presidentes de Junta e a elaboração de um calendário na atribuição das máquinas às freguesias para a realização dos trabalhos necessários nas mesmas,

De seguida foi dada a palavra à senhora deputada **Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes** para solicitar esclarecimentos sobre o Plácido Hotel, inquirindo sobre quem é o seu proprietário, quem são os accionistas e quem representa o Município no Conselho de Administração.

O senhor deputado **Luís Ferreira** solicitou à Mesa da Assembleia, caso seja possível, a entrega aos membros desta Assembleia uma relação dos fundos disponíveis mensais, referente ao período que vai desde o segundo semestre de 2013 até à presente data inclusive, com continuidade a partir de agora e a ser entregue sempre que haja estas reuniões.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sendim usou da palavra para dar conta de um parecer negativo no que diz respeito à transferência do sistema das águas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

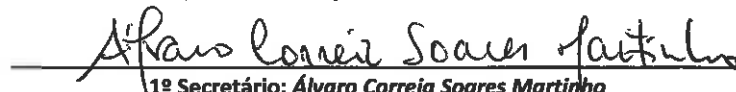
considerando injusto que a sua freguesia tenha sido inserida nos mesmos moldes das restantes, uma vez que a exploração sempre foi custeada por Sendim, não podendo aceitar tal transferência. Para responder a todas as questões colocadas foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara tendo informado o senhor Presidente de Távora e Pereiro que o problema da estrada estava sinalizado e resolvido também o problema das casas de banho em Távora. Quanto ao Plácido Hotel e à questão colocada pela senhora deputada **Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes**, o senhor Presidente disse que podia enviar certidão permanente onde consta quem são os accionistas, já o representante do Município no conselho de administração da sociedade proprietária daquele empreendimento é o Presidente da Câmara. Quanto ao solicitado pelo senhor **Luís Ferreira**, não vê qualquer problema na cedência de tais documentos, mas lembrou que todas essas informações estão explanadas em atas das reuniões de Câmara realizadas de quinze em quinze dias que facilmente podem ser consultadas e verificar os fundos disponíveis. No entanto, verificou-se que tal informação consta de um anexo e não das atas que são publicadas, pelo que o senhor Presidente da Câmara se comprometeu em dar indicações aos serviços para que esta informação conste no corpo das atas. Quanto ao sistema das águas de Sendim, o senhor Presidente da Câmara informou que é uma situação que está a ser imposta à própria Câmara, segundo o que a legislação obriga, não poder haver dois sistemas gestores de águas na mesma divisão administrativa territorial, havendo da parte da Câmara todo o interesse em que o fornecimento se mantivesse nos moldes actuais. Mas reiterou que a Câmara de Tabuaço não quer retirar essas competências a Sendim e se houve alguns contactos ou conversações nesse sentido, o resultado final será sempre no estrito cumprimento ao que a Lei obriga.

Concluídas as intervenções, a senhora secretária Anabela Susana Paiva Martins Oliveira, leu a minuta da ata e uma vez posta à consideração dos senhores membros da Assembleia, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, desejou a todos um Feliz Ano de 2015 e deu por encerrada a sessão, quando eram catorze horas e dez minutos.

Para que conste e para os devidos efeitos se lavrou a presente ata e para que faça fé e validade, vai ser assinada pelo Presidente, Primeiro e Segundo secretários, respectivamente.


Presidente: **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**


1º Secretário: **Álvaro Correia Soares Martinho**


2º Secretário: **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**